



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais**

## **COMUNIDADE QUILOMBOLA, POLITICAS PÚBLICAS E RESISTÊNCIA: O CASO DO TABULEIRO DA VITÓRIA**

**LÚCIA MARIA AQUINO DE QUEIROZ<sup>1</sup>**

**LAIS CRISTINA FERREIRA DOS SANTOS<sup>2</sup>**

**CAROLINA DE OLIVEIRA GOMES<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo objetivou compreender o processo de desenvolvimento das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, e, tomando o Tabuleiro da Vitória como referência, buscou também analisar os desafios para o acesso às políticas públicas e formas de resistência às diversas violações de direitos sociais, via estratégia de quilombamento, com a criação de uma associação comunitária.

**Palavras-chaves:** Comunidade Quilombola, política pública, resistência, Tabuleiro da Vitória.

### **RESUMEN**

Este artículo tuvo como objetivo comprender el proceso de desarrollo de políticas públicas dirigidas a las comunidades quilombolas y, tomando como referencia el Tabuleiro da Vitória, también buscó analizar los desafíos para el acceso a las políticas públicas y las formas de resistencia a diversas violaciones de los derechos sociales, a través de la estrategia del quilombamento, con la creación de una asociación comunitaria.

**Palabras clave:** Comunidad Quilombola, política pública, resistencia, Tabuleiro da Vitória.

### **Introdução**

O Recôncavo baiano, tradicionalmente definido como uma região em forma de “fértil crescente em torno da Baía de Todos os Santos” (Pedrão, 1998, p.219), alcançou o apogeu da

<sup>1</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<sup>2</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

<sup>3</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

prosperidade como centro produtor de açúcar e fumo, artigos primário-exportadores que, atravessando ciclos de grande crescimento e declínio, sustentaram o sistema escravista-colonial brasileiro de meados do século XVI a inícios do século XVIII. Em finais do século XVII são criadas no Recôncavo a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira e a de São Francisco do Conde; em 1727, a vila de Santo Amaro (Schwartz, 1999, p. 81, apud Faria, 2019, p.31).

Devido à sua localização privilegiada, a vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, além de atuar como importante centro fumageiro, tornou-se, na economia colonial, a porta de entrada do sertão, articulando tanto as expedições quanto as importações do interior. A produção de fumo, que, no início, era destinada quase exclusivamente a Portugal, assume, posteriormente, a condição de moeda de troca no comércio de africanos escravizados.

No território correspondente hoje ao município de Cachoeira, sobrepunham-se duas zonas agrícolas, a fumageira, presente na área oeste, correspondente à atual sede municipal, e a canavieira, da freguesia de São Thiago do Iguape. Esta e as vilas de São Francisco do Conde e de Santo Amaro constituíam o “coração do Recôncavo açucareiro e o berço da sociedade dos engenhos” (Schwartz, 1999, p. 85-90, apud Faria, 2019, p.31).

No Vale do Iguape, distrito de Cachoeira, a população negra escravizada superou numericamente a dos cidadãos livres, porque adotou várias estratégias de resistência, desde a queima de lavouras até os encontros entre fugitivos, que se reuniam e habitavam clandestinamente locais entre as fazendas. Com a abolição da escravatura, em 1888, os negros passaram a habitar diferentes localidades na região do Recôncavo baiano, originando as comunidades que, atualmente, são reconhecidas como remanescentes de quilombos (Costa; Machado, 2018).

Essa região é hoje composta de 17 comunidades quilombolas, constituídas a partir de espaços de antigos engenhos de açúcar da Freguesia de São Thiago do Iguape. São reconhecidos pela Fundação Cultural Palmares os quilombos São Francisco do Paraguaçu, Santiago do Iguape, Kaimbongo Velho, Kaonge, Kalembá, Kalolé, Dendê, Imbiara, Engenho da Ponte, Engenho da Praia, Tombo, Tabuleiro da Vitória, Brejo da Guaíba, Engenho da Vitória, Engenho Novo, Engenho da Cruz e Muteixo-Acutinga (Caroso; Tavares; Bassi, 2018).

O trabalho ora apresentado é fruto de pesquisa direta realizada em uma dessas comunidades tradicionais, a comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória. Localizado às margens da baía do Iguape, na zona rural do município de Cachoeira/BA, o quilombo Tabuleiro da Vitória foi certificado pela Fundação Cultural Palmares em 25 de outubro de 2013. Ocupa um



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

território considerado como o mais alto da baía cujos limites internos não são muito precisos, já que pode englobar as Cabeceiras da Guaibinha e do Engenho do Buraco, como definido pela população local, ou ainda incorporar adicionalmente a Cabeceira da Guaíba e da Vitória, como comumente compreendido pela população externa circunvizinha. O quilombo retrata, ainda hoje, o quadro de desigualdade e de carência de políticas públicas presente na sociedade brasileira e, sobretudo, nas regiões situadas à margem dos processos de desenvolvimento econômico, mas a sua trajetória também reflete uma intensa história de resistência e de luta.

As discussões aqui disponibilizadas organizam-se em um primeiro capítulo em que se busca analisar os quilombolas no âmbito das políticas públicas, um segundo relativo à comunidade do tabuleiro, políticas públicas e resistências e as considerações finais.

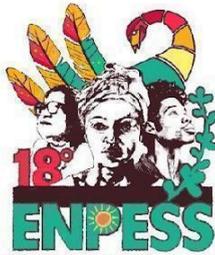
## I - QUILOMBOLAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Jaccond (2009) a reprodução da desigualdade racial e social no Brasil emerge a partir da negação do racismo; conforme a autora, a discriminação e a exclusão social compreendem um fenômeno complexo em termos de causalidade e consequência. Com o fim da escravidão, surge no Brasil o processo de tentativa de embranquecimento populacional, que reorganiza a leitura da hierarquia social brasileira, trazendo consigo uma falsa sensação de democracia racial, através da ideia de sociedade racialmente harmoniosa e sem discriminação.

A autora aponta ainda que um dos fatores para a reprodução da desigualdade se apoia no racismo institucional. O racismo institucional refere-se a padrões, práticas e estruturas no seio das instituições, que perpetuam desigualdades com base na raça.

O conceito de racismo institucional permite uma melhor percepção acerca dos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades raciais, inclusive no que tange às políticas públicas. Sua utilização amplia as possibilidades de compreensão sobre o tratamento desigual, assim como permite identificar um novo terreno de enfrentamento das iniquidades no acesso e no atendimento de diferentes grupos raciais dentro das políticas públicas, abrindo novas frentes de combate ao preconceito e à discriminação, assim como novos instrumentos de promoção da igualdade racial (Jaccond, 2009, p. 196).

Ou seja, o racismo institucional não se trata de uma intenção individualista, mas de todo um sistema que favorece ou prejudica grupos raciais de maneira sistemática, seja na formulação de políticas públicas, com a falta de diretrizes que abranjam a questão racial, limitação de acesso



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a recursos, serviços públicos ou oportunidades, criminalização de corpos negros, dentre diversos aspectos da vida desses indivíduos.

Conforme Almeida (2019, s/p) “[...] o conceito de racismo institucional foi um enorme avanço no que se refere ao estudo das relações raciais. Primeiro, ao demonstrar que o racismo transcende o âmbito da ação individual, e, segundo, ao frisar a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais [...]”

Nas últimas décadas, é observada uma crescente preocupação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas destinadas a população negra, que durante muito tempo foram postas de lado, em um governo desigual. Conforme Jaccond e Beghim (2002), essas políticas podem ser compreendidas a partir de três vertentes as “políticas repressivas; políticas afirmativas; políticas valorizativas”<sup>4</sup>.

Para Rodrigues (2010) enquanto sujeito de política pública as comunidades remanescentes quilombolas evidenciam a dinâmica conceitual e política da problemática racial no Brasil, com o reconhecimento de seu direito de posse definitiva de seu território através do Art. 68, além dos direitos patrimoniais e culturais (art. 215 e 212). Segundo definição do Decreto nº 4.887, as comunidades compreendidas enquanto remanescentes quilombolas são “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Este decreto encontra-se em conformidade com o critério de autoatribuição da normativa da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, retificada pelo Decreto Legislativo nº 134/2002, e promulgado pelo Decreto presidencial nº 5.051/2004.

**Marques (ano)** destaca que “a ideia de quilombo percorre há longo tempo o imaginário da nação e é uma questão relevante desde o Brasil Colônia, passando pelo Império e chegando à República”. Durante um longo período houve uma intencionalidade de associação dos quilombos

---

<sup>4</sup> [...] As políticas repressivas visam combater o ato discriminatório – a discriminação direta – usando a legislação criminal existente [...] as políticas de ações afirmativas são medidas que buscam garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social. Elas se caracterizam por serem medidas temporárias e por serem focalizadas nos afro-brasileiros, ou seja, por dispensarem um tratamento diferenciado e favorável com vistas a reverter um quadro histórico de discriminação e exclusão. As ações valorizativas, por sua vez, são aqui entendidas como aquelas que têm por meta combater estereótipos negativos, historicamente construídos e consolidados na forma de preconceitos e racismo. (Jaccond e Beghim, 2002, p. 55-56)

ao conceito de quilombos históricos<sup>5</sup>, formados antes da abolição, o que implicou na invisibilidade das comunidades negras rurais, dando margem para um processo de desapropriação territorial e de falta de acesso às políticas públicas.

Daí surge a necessidade de uma reconceituação do ser quilombola compreendendo que as comunidades remanescentes quilombolas (CRQ's) não estão limitadas a visões estereotipadas de um grupo composto por negros fugidos. Os grupos que hoje são compreendidos enquanto CRQ's são considerados categorias sociais recentes, que se constituem a partir de diversos processos de permanência nas terras ocupadas por gerações e que preservam a cultura e costumes ancestrais, e que possuem relações ancestrais negras ligadas ao processo de escravidão.

O reconhecimento da identidade enquanto remanescente quilombola perpassa por diversos entraves, dentre eles o se assumir como quilombola, em uma sociedade racista e preconceituosa que atribui significados depreciativos a esses grupos, acarretando na negação da sua identidade. Daí surge a necessidade do desenvolvimento de ações específicas direcionadas aos grupos tradicionais, pois como explica Santos (2017, p. 2), “[...] sua questão envolve o paradoxo do reconhecimento de sua identidade e especificidades do reconhecimento, titulação e posse de suas terras; da preservação e valorização de sua cultura, e, ainda, da luta contra o racismo e a discriminação racial”.

As políticas públicas desenvolvidas para promoção da igualdade racial, a princípio, estavam a cargo da Fundação Cultural Palmares (FCP) criada em 1988. Vinculada ao Ministério da Cultura, a FCP era responsável pelo processo de titulação das comunidades quilombolas. Entre 1997 e 1999, apenas três ações do Governo Federal eram voltadas para essa população através da FCP: o levantamento das comunidades quilombolas no país; o processo de reconhecimento e tombamento; e os eventos e seminários temáticos.

Somente em 2003, são observadas nas ações do governo mudanças na postura do Estado, diante da questão quilombola, deixando de concebê-la como tema exclusivamente cultural, para ser incorporada nas políticas de responsabilidade pública. E em marco de 2004 foi criado o 1º programa direcionado exclusivamente para as CRQ's, o Programa Brasil Quilombola,

---

<sup>5</sup> Ao longo do processo conceitual foram desenvolvidas três linhas de entendimentos acerca dos quilombos a partir do século XX: quilombo enquanto resistência cultural; quilombo enquanto resistência política; enquanto resistência negra (Arruti, 2006).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que engloba as esferas federal, estadual e municipal, também incorporando organizações da sociedade civil.

O Programa Brasil Quilombola se sustenta na tríade: gestão descentralizada, transversalidade e gestão democrática. Esta proposta, além de adotar a estratégia de distribuir compromissos entre diferentes órgãos do governo federal, prevê o fortalecimento das redes institucionais de âmbito estadual e municipal, bem como o protagonismo das comunidades quilombolas e dos movimentos sociais na proposição de diretrizes e monitoramento da política (Ministério dos Direitos Humanos, 2018, p.24).

O PBQ atua a partir de quatro eixos estruturantes, e até o ano de 2015 estava vinculado à Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), extinta em 2015. Durante o período que esteve ligado a esta secretária foi desenvolvida, em 2007, a Agenda Social Quilombola (decreto 6.261/2007), que visava as seguintes ações:

Eixo 1: ACESSO A TERRA – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas. O processo se inicia com a certificação das comunidades e se encerra na titulação, que é a base para a implementação de alternativas de desenvolvimento para as comunidades, além de garantir a sua reprodução física, social e cultural;

Eixo 2: INFRAESTRUTURA E QUALIDADE DE VIDA – consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;

Eixo 3: INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO LOCAL - apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;

Eixo 4: DIREITOS E CIDADANIA - fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2012, p.10).

Essas políticas podem ser lidas a partir de dois pontos fundamentais: de um lado temos aquelas que são especificamente para a população quilombola, como exemplo da regulamentação fundiária, que possui normatização própria, por outro podemos identificar as ações formadas como extensão ou atribuição de uma cota especial para a população no interior de políticas públicas universais ou com foco na pobreza. Conforme Arruti (2009, p. 83)

De um lado, há o reconhecimento de que o desrespeito histórico produzido pela escravidão e pela exclusão sistemática dos serviços e recursos disponibilizados pelo Estado Nacional deve levar a uma política de acesso diferenciado a tais recursos hoje, como forma de corrigir tal desrespeito histórico. Esta abordagem aproxima as políticas voltadas para a população quilombola das políticas voltadas para a população negra em geral. De outro

lado, há uma segunda modalidade de reconhecimento, que corresponde ao reconhecimento não só da exclusão sistematicamente imposta pela fração politicamente dominante às demais parcelas da sociedade nacional, mas especificamente ao reconhecimento das formas próprias e distintas de organização social e cultural destas outras parcelas da sociedade nacional, que hoje tendem a ser designados também de forma particular.

Atualmente o programa em vigor direcionado as CRQ's, Programa Aquilomba Brasil, criado em 2023, revogou a Agenda Social Quilombola (decreto 6.261/2007), e adota novas estratégias e ampliação do PBQ. O programa está vinculado ao Ministério da Igualdade Racial, contando com um comitê gestor composto por 13 órgãos e entidades. Embora de extrema relevância, a existência deste programa, por si só, ainda não tem se refletido em melhorias concretas para as comunidades tradicionais, como pode ser observado com o quadro de carência de políticas públicas identificado na comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória.

## II - Comunidade Quilombola Tabuleiro da Vitória, Políticas Públicas e Resistências

A pesquisa direta realizada na comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória pelo Grupo Desenvolvimento, Políticas Sociais, Cultura e Turismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Grupo Descult/UFRB), compreendeu a aplicação de um questionário, entre os dias 02 e 30 de maio de 2023, junto a 44 moradores, escolhidos aleatoriamente, respeitando-se a idade mínima de 18 anos e seguindo o critério de apenas um entrevistado de cada casa selecionada. O instrumento de pesquisa, com 76 perguntas, encontrava-se subdividido em seis blocos, quais sejam: Perfil do Entrevistado; Infraestrutura da Localidade; Renda/Socioeconomia; Autodeclaração Quilombola; Ação do Poder Público e Turismo.

Cabe reiterar que as informações ora apresentadas são resultantes de uma amostragem não probabilística selecionada a partir do método bola de neve. Significa dizer que estes resultados não representam o universo dos moradores do Tabuleiro da Vitória. No entanto, compreendem um conjunto bastante representativo, que se constitui em uma base de dados de amplo relevo para a análise do objeto central deste artigo: políticas públicas e resistências.

O perfil de entrevistados indicado pela pesquisa direta aplicada na comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória, composta por 292 famílias, corresponde a um conjunto formado majoritariamente por mulheres que se autodeclararam como negras — pretas e pardas —, com baixo nível de escolaridade, solteiras, nascidas e residentes exclusivamente nesta comunidade,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

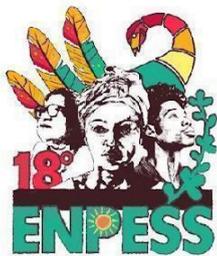
habitando moradias compartilhadas, em média, com três ou mais pessoas. Com baixo poder aquisitivo, rendimento mensal inferior a um salário mínimo e arcando, em geral, com as despesas e a responsabilidade central pelo sustento da família, este grupo, que tem na lavoura de gêneros de subsistência, incluindo produtos como banana e cacau, e na pesca/mariscagem sua principal fonte de renda e de garantia de um padrão alimentício com certa qualidade, pode ser caracterizado como uma população economicamente 'pauperizada', com raro acesso a empregos formais e amplamente dependente de benefícios socioassistenciais.

A desassistência pública a esta comunidade pode ser identificada tanto no que se refere à falta de apoio e incentivos públicos para comercialização da produção comunitária, quanto no tocante à oferta de serviços públicos básicos, direito quilombola garantido pela Constituição Federal de 1998 e pelo Decreto nº 4.887, de 2003, que dispõe sobre o direito desses povos em ter acesso a serviços essenciais como educação, saúde e saneamento.

Em uma avaliação dos serviços públicos, a maior parte dos entrevistados considerou o serviço de saúde e o seu acesso enquanto direito como regular e péssimo (Gráfico 1). Só há um posto de saúde na comunidade, que carece de profissionais qualificados, e inexistente equipamento destinado à prestação de serviço de assistência social. A avaliação que os moradores realizaram sobre a política/direito à educação foi, sobretudo, regular e boa. A localidade dispõe de apenas uma escola municipal, que atende o ensino fundamental 1 e fundamental 2, mas não possui um colégio quilombola. O único existente em Cachoeira, município que abriga diversas comunidades quilombolas, encontra-se situado no distrito de Santiago do Iguape.

A avaliação que os moradores realizaram sobre a política/direito à educação na comunidade é, sobretudo, regular (para 18 respondentes ou 40,9%) e boa (16 respondentes, 36,4%). Ainda cinco (11,4%) avaliaram o serviço como péssimo, três (6,8%) o consideraram ruim, e dois (4,5%) ótimo (Gráfico 1).

O serviço de comunicação, referente ao acesso à telefonia, internet e correio, fornecido através de concessão pública, foi avaliado de forma mais positiva; 15 (34,8%) respondentes o consideraram bom, 12 (27,9%), regular, seis pessoas (14,0%) ruim, e outras seis pessoas (14,0%) péssimo. E apenas quatro entrevistados (9,3%) o avaliaram como ótimo. Tem-se, assim, um percentual de avaliações positivas (considerado as junções dos conceitos bom e ótimo) por parte de 19 pessoas (44,1%), resultado que se distancia das avaliações negativas (conceituações entre ruim e péssimo), equivalentes ao total de 12 respostas (28%). Observa-se que um entrevistado não avaliou esse serviço — Gráfico 1.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

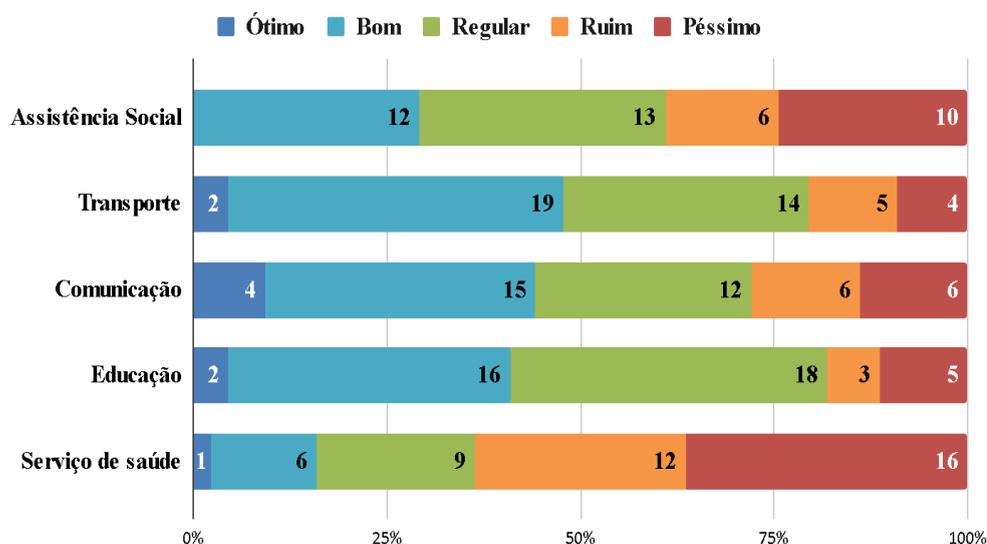
10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

O acesso a transporte público foi avaliado positivamente por parte expressiva dos moradores do Tabuleiro da Vitória, com 19 (43,2%) pessoas da amostra que consideraram este serviço como bom; poucos, no entanto, o avaliam como ótimo (quatro respondentes, 9,1%), 14 pessoas (31,8%) como regular, cinco (11,4%) ruim e dois (4,7%) péssimo (Gráfico 1). Há que se ressaltar, entretanto, que o transporte público no Tabuleiro é ofertado exclusivamente para a cidade de Cachoeira, com saídas de segunda a sexta-feira às 5h; o retorno ocorre às 10h nas manhãs de segunda a sexta-feira, e às 12h nas segundas, quartas e sextas. Aos sábados as saídas são às 3h, 4h e 5h da manhã, com retorno às 10h, 12h e 14h. Não há transporte nos turnos vespertino, à exceção da volta no início da tarde de sábado, e noturno e tampouco em qualquer horário aos domingos.

Sobre a política de assistência social, destaca-se que na comunidade do Tabuleiro da Vitória não há nenhuma unidade de serviço do Sistema Único da Assistência Social - SUAS, e para acessá-lo os moradores precisam se deslocar até a sede do município de Cachoeira. A avaliação, a partir deste contexto, se concentrou, sobretudo, entre os conceitos regular (13 respondentes, 29,6 %) e bom (12 pessoas, 27, 3%). No total, dez pessoas, (22,7%) avaliaram o serviço como péssimo, e três pessoas (13, 6%) como ruim. Não houve avaliação do serviço como ótimo, e ainda três pessoas (13,6%) se negaram a avaliar e apontaram que o serviço não existia na comunidade (Gráfico 1).

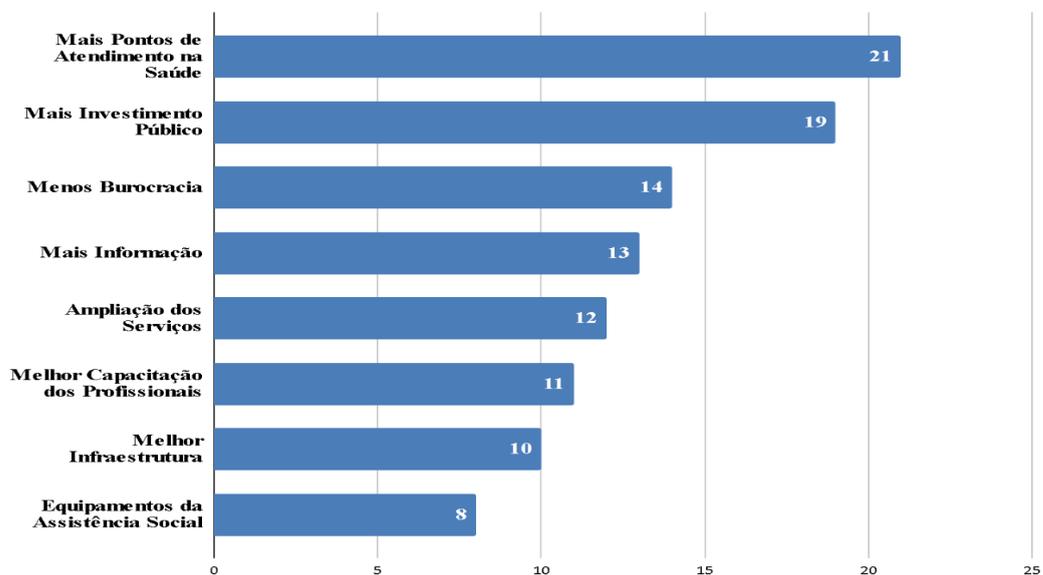
**Gráfico 1 - Avaliação dos serviços de saúde, educação, comunicação, transporte e assistência social**



Fonte: Pesquisa direta Grupo Descult/UFRB, 2023.

Aprofundando a análise sobre a avaliação dos serviços e direitos acessados pela comunidade do Tabuleiro da Vitória, foi perguntado o que poderia e deveria ser melhorado nesta oferta. Neste caso, os respondentes poderiam assinalar mais de uma alternativa. Uma boa parcela (21 indicações, equivalente a 19,4%) apontou para a necessidade de mais postos de atendimento na área da saúde, visto que a comunidade, como citado, só dispõe de um posto de saúde e faltam profissionais na localidade; 19 pessoas (17,6%) responderam que as melhorias passam pela necessidade de mais investimentos públicos; 14 (13,0%) destacaram como fundamental a redução da burocracia para acesso aos serviços; 13 (12,0%) indicaram a importância de se ter mais informações sobre os serviços e 12 (11,1%) a necessidade da sua ampliação. Já 11 pessoas (10,2%) salientaram uma melhor capacitação dos profissionais; dez (9,3%) a melhoria nas infraestruturas dos serviços e oito (7,4%) a implantação de equipamentos da Assistência Social na comunidade (Gráfico 2).

**Gráfico 2 - Aspectos que deveriam ser melhorados na oferta dos serviços e políticas**



públicas

Fonte: Pesquisa direta Grupo Descult/UFRB, 2023.

Perguntou-se, adicionalmente, sobre a participação dos moradores em relação às suas reivindicações junto aos órgãos públicos. Grande parte (20 pessoas, 45,5%), apontou que já havia participado de algum espaço de reivindicação junto a órgãos públicos ou coletivos. Dez



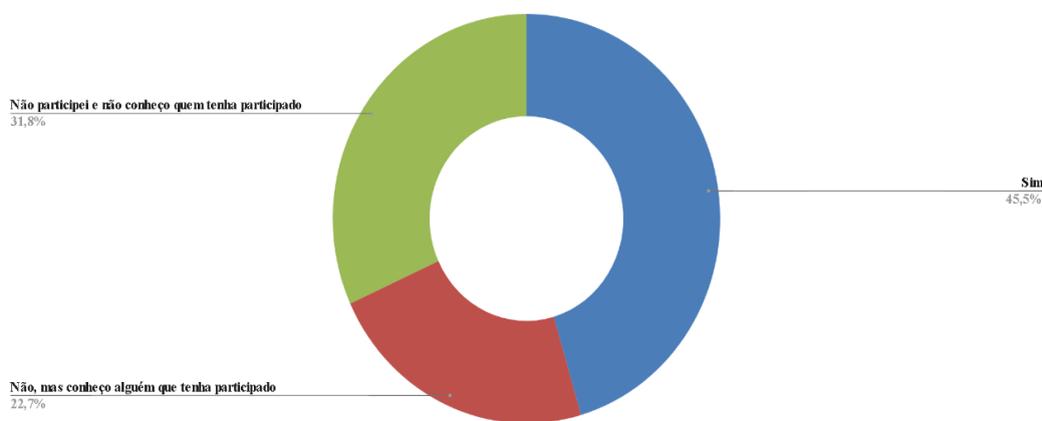
Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

respondentes (22,7%) negaram ter participado, mas afirmaram conhecer alguém que participou. Um total de 14 pessoas (31,8%), no entanto, responderam não ter participado ou conhecer quem o tenha feito (Gráfico 3).

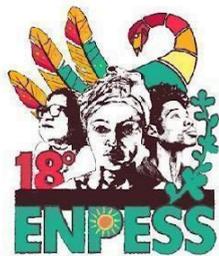
**Gráfico 3 - Participação em ações de reivindicação junto a órgãos públicos ou coletivos**



Fonte: Pesquisa direta Grupo Descult/UFRB, 2023.

Foram também indagados em quais espaços de reivindicação coletiva os entrevistados haviam participado. No conjunto das 31 pessoas que responderam a esta questão, a grande maioria (22 entrevistados, 71,0%), apontou a de Mulheres do Quilombo do Tabuleiro da Vitória e Adjacências e as associações comunitárias (de pescadores, marisqueiras, de artesãos), cinco (16,1%) pessoas citaram o sindicato dos trabalhadores e quatro (12,9%) a Prefeitura Municipal de Cachoeira (Gráfico 4). Uma entrevistada mencionou ter participado de um protesto na Prefeitura contra o fechamento da creche existente na comunidade. Nesta questão, os entrevistados também podiam assinalar mais de uma alternativa, e dentre os principais espaços mencionados nota-se o protagonismo da associação quilombola enquanto espaço coletivo de reivindicação.

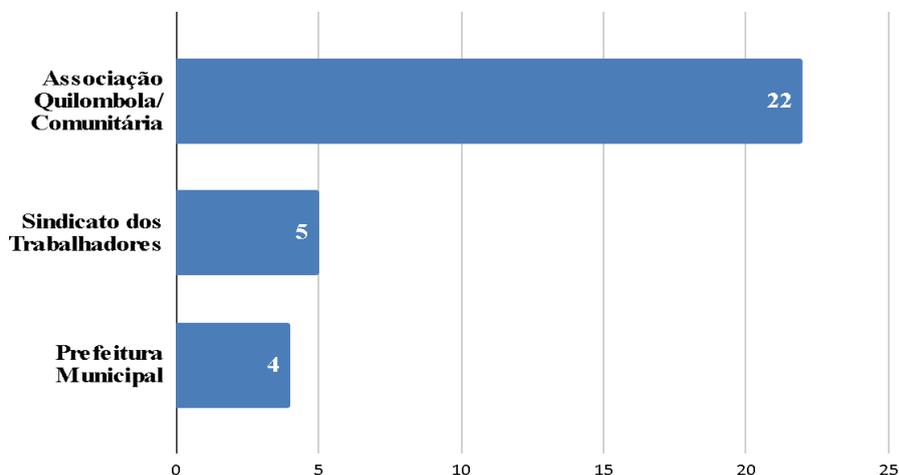
**Gráfico 4 - Participação em espaços de reivindicação**



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social



Fonte: Pesquisa direta Grupo Descult/UFRB, 2023.

Apesar do intenso quadro de desassistência, no Tabuleiro da Vitória os atores sociais ganharam força a partir da criação da Associação de Mulheres Quilombolas do Tabuleiro da Vitória e Adjacente (AMQTVA), em 01 de março de 2013, associação sem fins lucrativos, tornando-se ente jurídico representativo, e que deu entrada no processo de certificação e posteriormente de regularização fundiária, e mantém uma articulação com as demais comunidades da Bacia e Vale do Iguape e o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape (CQBVI). A AMQTVA possui um grande potencial mobilizador e de resistência e, a partir da sua criação, as comunidades passaram a ter acesso a projetos e editais voltados a comunidades tradicionais e ao conhecimento de seus direitos enquanto grupo tradicional, conferidos pelo Estado, além de ter visibilidade e participar dos espaços de tomadas de decisão.

A Associação de Mulheres do Quilombo do Tabuleiro da Vitória e Adjacências, como explica Dona Maria de Totó, também entrevistada pelo Grupo Descult/UFRB, realiza ações voltadas a manter “a representação cultural, territorial e a identidade enquanto comunidade que engloba uma historicidade de expropriação africanizada e de período escravocrata”. Esta entidade desenvolve atividades voltadas à viabilização de ofícios tradicionais, à divulgação das produções que são fontes de renda para a subsistência dos moradores da região, contribuindo, ademais, para o fomento ao turismo local.

Ainda dentre os propósitos centrais da Associação, destacam-se a execução de políticas voltadas para a não violência e resolução dos problemas pautados nas reuniões, sobretudo os referentes às formas de enfrentamentos relacionados ao preconceito e à diferença. Dentre os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

projetos proporcionados à comunidade, um dos mais significativos é a produção de licor, realizada durante o período que antecede o São João. Através da Associação de Mulheres, a comunidade se une para a produção da bebida que é tão requisitada em todo Recôncavo baiano.

Mas, a grande luta atual desta organização comunitária e o seu grande empenho é a resolução do processo de delimitação e demarcação das terras. Os conflitos e disputas de terras da região são intensos, e, conforme relato das entrevistadas, com a suposta compra de uma fazenda chamada Santo Antônio da Guaíba, tomaram uma proporção ainda mais expressiva. A Associação vem intervindo judicialmente para que o processo de titulação seja concluído e, assim, para que as leis que regulamentam o território quilombola passem efetivamente a vigorar.

## Considerações Finais

O presente artigo, tomando a comunidade quilombola do Tabuleiro da Vitória como referência, objetivou compreender os desafios perpassados pelas comunidades remanescentes quilombolas no acesso às políticas públicas, demonstrando a realidade concreta da vida de homens e mulheres que vivenciam graves expressões da questão social, desigualdades sociais intensas e amplos processos de exclusão social. Um grupo considerado como componente da população tradicional brasileira que resiste a diversas violações de direitos sociais, utilizando-se, dentre outras ações, da estratégia de aquilombamento, representada, neste caso, pela criação de uma associação comunitária, a Associação de Mulheres Quilombolas do Tabuleiro da Vitória e Adjacências.

São grupos étnicos com identidade emergente, que demandam por ações e programas que respeitem suas especificidades culturais e sociais e os seus direitos garantidos constitucionalmente, mas na prática ainda observa-se um quadro de intensa desassistência por parte das políticas públicas. As carências são expressivas, englobando os serviços de saúde, assistência social, transporte, saneamento, educação, entre outros.

Neste cenário, torna-se fundamental uma maior efetividade nos direitos garantidos a esses grupos, mas para tal faz-se necessária uma mais ampla participação das comunidades nos espaços de tomada de decisão, e o fortalecimento dos movimentos sociais quilombolas. E este processo requer, entretanto, uma maior democratização das informações, maior acesso à educação e mais amplo comprometimento individual e coletivo para com as ações políticas e de cidadania.

## Referências

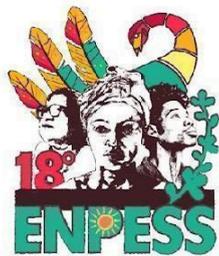
ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Pólen Livros, 2019.

ARRUTI, José Mauricio. **Políticas públicas para quilombos**: terra educação e saúde. In: Paula, Marilene de; Heringer, Rosana (Orgs.) Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009, p. 75-109. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos\\_convergentes.pdf](https://br.boell.org/sites/default/files/caminhos_convergentes.pdf). Acesso em: 10/08/2023.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, 20 de novembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4887.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm). Acesso em 10 de jan de 2023.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 11.447, DE 21 DE MARÇO DE 2023. **Institui o Programa Aquilomba Brasil e o seu Comitê Gestor**. Brasília, 21 de março de 2023; 202º da Independência e 135º da República.. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20232026/2023/decreto/D11447.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2023/decreto/D11447.htm). Acesso em 20 de jun de 2023.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: Theodoro, Mario (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília, Ipea, 2008, pp.131-75. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/SergeiSoares/publication/330401587\\_A\\_Demografia\\_da\\_Cor\\_A\\_Composicao\\_da\\_Populacao\\_Brasil/links/5c3e676592851c22a3785b01/A-Demografia-da-Cor-A-Composicao-da-PopulacaoBrasil-eira.pdf](https://www.researchgate.net/profile/SergeiSoares/publication/330401587_A_Demografia_da_Cor_A_Composicao_da_Populacao_Brasil/links/5c3e676592851c22a3785b01/A-Demografia-da-Cor-A-Composicao-da-PopulacaoBrasil-eira.pdf) Acesso em: Agosto/2023



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

JACCOUD, Luciana e BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9164> Acesso em: 15 de outubro de 2023

RODRIGUES, Vera. **Programa Brasil Quilombola**: um ensaio sobre a política pública de promoção da igualdade racial para comunidades de quilombos. Cadernos Gestão Pública e Cidadania / v. 15, n. 57, São Paulo: 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v15n57.3258>. Acesso: 07/04/2023